

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

A Lanlink Soluções e Comercialização S.A., com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará é uma sociedade anônima de capital fechado, tem como objetivo social o comércio de produtos e a prestação de serviços na área de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, a saber: I. Comercialização atacadista de produtos ligados à informática, telecomunicações e de segurança da informação; II. Comercialização do licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação; III. Importação e exportação de serviços de produtos das áreas de informática, telecomunicações e segurança da informação; IV. Representação comercial por conta própria e de terceiros, de produtos ligados à informática, telecomunicações e segurança da informação; V. Locação de bens e equipamentos ligados à informática, telecomunicações e segurança da informação; VI. Prestação de serviços de treinamento e certificação; VII. Prestação de serviços de manutenção e reparo de equipamentos das áreas de informática, telecomunicações e segurança da informação; VIII. Prestação de serviços de processamento eletrônico de dados; comunicação de dados; gerenciamento, monitoração local e/ou remota, do ambiente de informática, telecomunicações e de segurança da informação; IX. Prestação de serviços de projetos, consultoria, suporte, execução, gestão e terceirização (outsourcing) nas áreas administrativas, de informática, segurança da informação, redes (lógica e elétrica) e telecomunicações; X. Prestação de serviços de projeto, análise e programação de sistemas.

Em 20 de março de 2023, a Diretoria Executiva da Sociedade autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que, por sua vez, estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item: Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras estão apresentadas em Reais sem centavos, exceto quando indicado de outra forma.

c. Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, avaliação da recuperabilidade (*impairment*) dos ativos não financeiros, análise do risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável e os tributos diferidos assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis.

a. Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

b. Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda de serviços e outras, deduzida a provisão para créditos de liquidação duvidosa dessas contas a receber, quando aplicável. A provisão para crédito de liquidação duvidosa, quando necessário ser constituída, é reconhecida em valor julgado pela Administração da Sociedade como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos.

O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

c. Estoques

Os estoques são valorizados ao menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização ou o custo de reposição, respectivamente. Quando aplicável, é constituída provisão para obsolescência e morosidade nos estoques de almoxarifado.

d. Despesas antecipadas e custos a apropriar

Representam valores de licenças de uso de software da Microsoft adquiridos que serão reconhecidos como custo na demonstração do resultado no momento do faturamento da respectiva receita.

e. Demais ativos circulantes e não circulante

Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos

f. Impostos correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente:

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Sociedade tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Imposto diferido:

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no momento da emissão da fatura de prestação de serviço e sua realização ocorre no período do recebimento da referida fatura. Adicionalmente, é reconhecido o passivo de imposto de renda e a contribuição social relacionado com o diferimento de lucros não realizados oriundos de valores a receber da municipalidade, conforme permitido pela legislação do imposto de renda.

g. Ativo imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Benfeitorias em ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Sociedade obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Descrição	Vida útil
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	05 anos
Equipamentos de informática	05 anos
Equipamentos de informática – operação com clientes	04 anos
Usina solar	25 anos
Equipamentos telefônicos	05 anos

O IFRS 16 / CPC 06 – Arrendamento Mercantil, estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação, e divulgação para contratos de arrendamentos. A Sociedade avaliou seus contratos de arrendamento e concluiu que em função da irrelevância dos contratos, não houve aplicação do IFRS 16.

h. Instrumentos financeiros

Classificação – Ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Sociedade transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Sociedade não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Desreconhecimento/(baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

i. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Sociedade, como outros créditos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

j. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias até a data do balanço patrimonial.

k. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

l. Provisão para contingências

As provisões para contingências (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

m. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrada no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

A Sociedade goza de incentivo fiscal (benefício SUDENE) de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação até o ano base 2027. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido a título de “Reserva de Incentivo Fiscal”.

n. Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Sociedade.

A Sociedade avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47/IFRS 15:

- 1- Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
- 2- Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
- 3- Determinar o preço de cada tipo de transação;
- 4- Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos;
- 5- Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

Após análise detalhada das principais receitas, a Sociedade concluiu que as mesmas são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente.

A Sociedade reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade.

o. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações, bônus de adimplência de financiamentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e descontos concedidos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa	7.211	7.211
Bancos	5.912	1.019
Aplicações financeiras	<u>100.258.105</u>	<u>39.817.879</u>
	<u>100.271.228</u>	<u>39.826.109</u>

As aplicações financeiras consideradas caixa e equivalentes de caixa correspondem as operações realizadas nas instituições financeiras, remuneradas em condições e taxas normais de mercado e

estão destinadas à utilização imediata nas operações da Sociedade e que não possuem restrições ou mudanças significativas de valor.

5 Contas a receber de clientes

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Cientes públicos	33.686.354	27.573.238
Cientes privados	<u>20.302.674</u>	<u>23.784.693</u>
	53.989.028	51.357.931
PCLD	<u>(3.723.692)</u>	<u>(3.695.167)</u>
	<u>50.265.337</u>	<u>47.662.764</u>

As contas a receber representam créditos em razão da venda de hardwares, softwares e serviços prestados, contabilizados pelo valor nominal dos títulos de acordo com respectivos contratos.

A Administração da Sociedade entende que os valores são realizáveis, uma vez que decorrem, na sua maioria, de contratos firmados através de licitações com órgãos públicos.

A Administração, tomando por base o histórico de cobrança, entende ser comum as empresas que trabalham com órgãos públicos terem faturas vencidas há mais de 180 dias e realizá-las em datas posteriores.

Apresentamos abaixo as contas a receber por data de vencimento:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
A vencer	43.488.836	43.221.157
Vencidos até 30 dias	5.338.450	1.420.432
Vencidos de 31 a 90 dias	62.974	915.347
Vencidos de 91 a 180 dias	7.308	736.582
Vencidos há mais de 181 dias	<u>5.123.125</u>	<u>5.064.413</u>
	<u>54.020.693</u>	<u>51.357.931</u>

6 Estoques

<u>2024</u>	<u>2023</u>
-------------	-------------

Mercadoria para revenda	<u>155.586</u>	<u>511.309</u>
	<u>155.586</u>	<u>511.309</u>

Os estoques da Empresa são compostos equipamentos de hardware para revenda. A Administração entende que não há expectativa de perdas na realização dos estoques.

7 Operações com partes relacionadas

As partes relacionadas da Sociedade foram definidas como sendo seus acionistas com participação relevante, empresas a elas ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento técnico CPC 05 (R1) - Partes Relacionadas.

Os principais saldos passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem, principalmente, de transações entre a Sociedade e outras empresas ligadas direta ou indiretamente aos acionistas controladores.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Sociedade mantinha operações com a Lanlink Informática Ltda., Lanlink Serviços de Informática S/A., Trust Control – Segurança em Tecnologia da Informação Ltda. e com seus acionistas.

Saldos ativos	2023	2022
Lanlink Informática Ltda.	-	1.771.481
Trust Control - Segurança em Tecnologia da Informação Ltda	2.250.000	-
Créditos com acionistas	<u>2.741.126</u>	<u>2.741.126</u>
Total – Créditos com partes relacionadas	<u>4.991.126</u>	<u>4.512.607</u>
Saldos passivos	2.023	2.022
Lanlink Informática Ltda.	7.548.540	-
Lanlink Serviços de Informática S/A	28.464.701	27.503.253
Trust Control - Segurança em Tecnologia da Informação Ltda	<u>20.662</u>	<u>6.119</u>
Total – Obrigações com partes relacionadas	<u>36.033.902</u>	<u>27.509.372</u>

8 Impostos a recuperar

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
ICMS Recuperar	385.440	246.395
IRRF a Compensar	2.744.036	1.918.432
CS a Compensar	359.887	317.249
PIS a Compensar	656.240	5.886.750
COFINS a Compensar	3.987.265	27.621.156
IR / CS - Saldo negativo anos anteriores	6.022.892	8.498.059
PIS / COFINS - Retidos Orgãos Públicos	9.825.529	15.221.554
IR / CS - Retidos Orgãos Públicos	31.504.975	14.161.679
ISS Retido Orgãos Públicos	16.116	125.556
Outros impostos a recuperar	33.887.624	2.073.900
	<u>89.390.004</u>	<u>76.070.729</u>
Circulante	86.801.061	76.011.961
Não circulante	2.588.943	58.768

9 Despesas antecipadas e custos a apropriar

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Custos de software a apropriar	23.523.013	14.780.599
Custos de serviços a apropriar	3.684.804	3.066.266
Despesas antecipadas	206.892	343.467
	<u>27.414.708</u>	<u>18.190.332</u>

10 Imobilizado

Composição do custo

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Máquinas e equipamentos	71.521	71.521
Móveis e utensílios	27.091	27.091
Veículos	-	-
Equipamentos de informática	11.616.027	11.211.746
Equipamentos telefônicos	5.672	5.672
Benfeitoria em imóveis de terceiros	97.779	70.499
Usina solar	1.544.413	1.544.413
Imobilizado em Trânsito	-	-
Total custo	<u>13.362.503</u>	<u>12.930.942</u>
Depreciação	<u>(11.390.017)</u>	<u>(11.173.190)</u>
Total imobilizado	<u>1.972.487</u>	<u>1.757.753</u>

(i) No final do exercício de 2018, a Sociedade firmou contrato com cliente público para prestação de serviços de comunicação, multisserviço utilizando soluções integradas de comunicação de transferência de dados, voz e imagem, além de serviços de gerenciamento, automação e otimização integral de rede por um prazo de 48 meses. Ao longo de 2019 foram realizados os devidos investimentos para atender os requisitos de execução do referido contrato. A Sociedade vem realizando a depreciação dos ativos conforme prazo contratual por estimar que tais imobilizados não terão outra finalidade após a finalização do mesmo.

Movimentação do imobilizado

	<u>2024</u>	<u>Adições</u>	<u>2023</u>
Máquinas e equipamentos	71.521	-	71.521
Móveis e utensílios	27.091	-	27.091
Equipamentos de informática	11.616.027	404.281	11.211.746
Equipamentos telefônicos	5.672	-	5.672
Benfeitoria em imóveis de terceiros	97.779	27.280	70.499
Usina solar	1.544.413	-	1.544.413
Imobilizado em Trânsito - Transferência	-	-	-
Custo de aquisição imobilizado	<u>13.362.503</u>	<u>431.561</u>	<u>12.930.942</u>
Depreciação acumulada	(11.390.017)	(216.827)	(11.173.190)
Imobilizado líquido	<u>1.972.487</u>	<u>214.734</u>	<u>1.757.753</u>

11 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes, pois o pagamento é devido no período de até um ano. São normalmente reconhecidas pelo valor da fatura correspondente.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
IBM do Brasil	-	34.816
Ingram Micro Brasil Ltda	7.407.013	275.970
Lenovo Tecnologia Brasil Ltda	99.009	6.968.529
Microsoft	61.836.584	68.534.425
Scansource Brasil Distribuidora de Tecnologias Ltda	79.167.229	-
TD Soluções Avançadas de Tecnologia Brasil Ltda	-	840.491
Outros fornecedores	<u>22.277.780</u>	<u>10.665.382</u>
	<u>170.787.616</u>	<u>87.319.613</u>

12 Empréstimos e financiamentos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Bradesco	-	-
Itaú Unibanco	138.889	996.497
Banco do Nordeste	723.911	814.954
	<u>862.800</u>	<u>1.811.450</u>

13 Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
INSS a recolher	-	1.196
FGTS a recolher	6.187	96.495
Salários a pagar	26.698	39.760
Provisão INSS s/ férias	23.648	238.922
Provisão FGTS s/ férias	7.193	109.939
Provisão férias	89.917	33.441
Pró-labore a pagar	10.556	418.019
Taxa assistencial	238	-
Pensão alimentícia a pagar	-	1.701
Rescisões a pagar	-	2.162
Total obrigações sociais e trabalhistas	<u>163.242</u>	<u>1.903</u>
ICMS a recolher	216.654	-
ISS a recolher	1.164.659	(77.200)
IRRF a recolher	417.610	871.703
CSLL a recolher	614.153	470.423
IRPJ a recolher	1.632.852	703.253
COFINS a recolher	25.374.578	1.847.814
PIS a recolher	5.259.240	31.388.687
PCC a recolher	737.492	6.799.950
Total obrigações tributárias	<u>35.417.238</u>	<u>75.446</u>
	<u>35.580.479</u>	<u>43.022.418</u>

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 9F.2E.CD.80.F3.2D.8E.E3.B2.6B.01.03.DA.9E.14.F0.2B.25.24.36-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.1 do Visualizador

14 Contingências

A Sociedade não configura com polo ativo ou passivo em demandas judiciais de quaisquer naturezas.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito por seu acionista em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é representado por 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais) ações ordinárias, nominais, escriturais e sem valor nominal, ao valor de R\$ 1,3354 cada, totalizando R\$ 11.538.349,32 (onze milhões, quinhentos e trinta e oito mil, trezentos e quarenta e nove reais e trinta e dois centavos).

b. Dividendo mínimo obrigatório

Ao longo de 2024 foi distribuído lucros de forma antecipada num total de R\$ 4.421.210,75 (quatro milhões quatrocentos e vinte e um mil duzentos e dez reais e setenta e cinco centavos), montante que excede, inclusive o mínimo obrigatório.

c. Reservas de lucros a realizar

A Sociedade excedeu o limite das suas reservas de lucros e encaminhará o assunto para Assembleia Geral Ordinária, que deverá deliberar sobre a capitalização ou distribuição do excesso, de acordo com o estatuto social e artigo 199 da Lei 6.404/76.

d. Reservas de incentivos fiscais

Durante do exercício de 2018, a Sociedade obteve o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração.

O processo de modernização foi comprovado perante à SUDENE, por meio de documentação e verificação pela visita técnica que a Sociedade recebeu dos analistas da SUDENE.

O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo benefício fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Sociedade tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis. Conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, do decreto – lei nº 1.598/77.

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da lei foi contabilizado no resultado do período, em 31 de dezembro de 2024 o montante foi de R\$ 8.186,26 (oito mil cento e oitenta e seis reais e vinte e seis centavos).

e. Juros sobre capital próprio

O valor correspondente aos juros sobre capital próprio foi de R\$ 1.861.318,88 (um milhão

oitocentos e sessenta e um mil trezentos e dezoito reais e oitenta e oito centavos), com incidência do imposto de renda retido na fonte de R\$ 279.197,83. Os valores líquidos de R\$ 1.582.121,05 (um milhão quinhentos e oitenta e dois mil cento e vinte e um reais e cinco centavos) serão pagos aos sócios no decorrer do ano de 2025.

16 Receita líquida

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita com hardware	30.195.864	16.983.252
Receita com serviços	21.331.879	34.406.833
Receita com software	645.377.729	466.802.025
Receita com educação	238.263	603.619
Receita com comissões	751.188	1.285.122
Receita com locações	1.708.340	1.657.454
Receita Bruta	<u>699.603.262</u>	<u>521.738.305</u>
Dev. de vendas e cancelamentos	(11.729.917)	(11.621.735)
Descontos e abatimentos	- 219.654	-
ISS s/ vendas	(13.303.996)	(9.888.091)
ICMS s/ vendas	(1.970.329)	(1.117.874)
PIS s/ vendas	(11.231.873)	(8.140.854)
COFINS s/ vendas	(51.735.833)	(37.498.849)
Deduções sobre as receitas	<u>(90.191.603)</u>	<u>(68.267.403)</u>
Receita Líquida	<u>609.411.659</u>	<u>453.470.902</u>

17 Custos das mercadorias vendidas e serviços prestados

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Custo mercadorias vendidas	(13.229.242)	(9.257.143)
Custo de software	(534.866.854)	(369.464.943)
Custos com mão-de-obra	(103.632)	(1.152.569)
Extensão de garantia	(1.540.991)	(5.269.673)
Custo com serviços tomados	(7.823.808)	(10.761.516)
Custo com viagens	(66.372)	(72.441)
Combustíveis e lubrificantes	-	(486)
ICMS ST s/ compras	(381.804)	(34.897)
Material aplicado em contratos	(132.314)	(46.191)
Locação de bens e equipamentos	(1.275.089)	(1.372.093)
Custo com taxi	(1.434)	(3.376)
Fretes e carretos	(22.295)	(29.438)
Multas contratuais	-	-
Custos com depreciação	-	(1.284.851)
Outros custos	(937.446)	(669.605)
	<u>(560.381.281)</u>	<u>(399.419.222)</u>

18 Despesas por natureza

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas com pessoal	(29.631.297)	(35.814.853)
Despesas com ocupação	(1.538.428)	(823.443)
Depreciação	(216.827)	(653.078)
Despesas serviços PJ	(4.788.887)	(6.315.343)
Despesas com viagens	(494.180)	(763.474)
Cursos e treinamentos	(22.085)	(160.554)
Comissões e representações	(1.380.138)	(1.218.516)
Outras despesas	(5.843.753)	(1.713.976)
	<u>(43.915.595)</u>	<u>(47.463.236)</u>
Administrativas e gerais	(42.535.457)	(46.244.720)
Despesas de vendas	(1.380.138)	(1.218.516)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 9F.2E.CD.80.F3.2D.8E.E3.B2.6B.01.03.DA.9E.14.F0.2B.25.24.36-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.1 do Visualizador

19 Resultado financeiro, líquido

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Juros e multas por atraso	(5.923)	(84.492)
Despesas bancárias	(37.436)	(145.995)
IOF	(36.772)	(300.956)
Juros s/ empréstimos	(219.913)	(697.577)
Variação Cambial Passiva	(57.600)	(41.681)
Outras despesas financeiras	(118.804)	929.081
Despesas financeiras	(476.448)	(341.621)
Descontos Obtidos	1.932	2.687
Receitas de Aplicações	3.555.666	3.526.807
Variação Cambial Ativa	810	62.651
Outras receitas financeiras	27.285	451.040
Receitas financeiras	3.585.694	4.043.185

20 Impostos diferidos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
PIS diferido	(739.650)	(873.988)
COFINS Diferido	(114.194)	(732.937)
IRPJ Diferido	2.210.293	2.418.135
CSLL Diferido	795.706	870.529
	2.152.155	1.681.740

21 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Sociedade possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações

financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Sociedade está concentrada na comercialização de soluções de tecnologia da informação e comunicação (TIC). Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros. A Sociedade identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito está realizado aos seguintes ativos:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Bancos	5.912	1.019
Aplicações financeiras	100.258.105	39.817.879
Clientes públicos	33.686.354	27.573.238
Clientes privados	<u>20.302.674</u>	<u>23.784.693</u>
	<u>154.253.045</u>	<u>91.176.828</u>

(i) Bancos e aplicações financeiras: A Sociedade historicamente tem perfil moderado em relação ao risco e costuma investir seus excedentes de Caixa em Títulos Líquidos e em Instituições Financeiras com classificações boa ou ótima nas agências de classificação de risco.

(ii) Cliente públicos: No segmento Público as ações preventivas começam pela escolha criteriosa das licitações, essa objetiva não apenas a simples captação de possíveis Contratos, mas também a garantia de futuros créditos saudáveis com o Ente Público. Nos editais são observadas e analisadas a existência, origem e disponibilidade dos recursos financeiros. A Sociedade possui convênio com Escritórios Advocáticos visando executar ações de cobrança judiciais sempre que necessário.

b) Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Sociedade é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora,

a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

c) Risco de mercado

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para a Sociedade, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a fornecedores indexados ao dólar. De forma a evitar este risco, sempre que aplicável, a Sociedade contrata instrumentos derivativos (NDFs) para as dívidas financeiras indexadas em moeda estrangeira, com o objetivo estrito de proteção (Hedge).

Para o exercício findo 31 de dezembro de 2024 não foram registrados os reflexos da marcação em mercado em razão da sua imaterialidade.

22 Eventos subsequentes

Eventos subsequentes são aqueles que ocorrem entre a data do balanço patrimonial e a data de aprovação das demonstrações contábeis para publicação. Esses eventos podem ter impacto sobre a avaliação da posição financeira e dos resultados da empresa, e, portanto, é necessário divulgá-los para garantir a transparência e a precisão das informações contábeis.

Após a data do Balanço Patrimonial até o presente momento da divulgação das Demonstrações Contábeis, não foram identificados eventos subsequentes que tenham impacto significativo ou relevante.